

Isabel Cabrita

De: Carlos Aderito
Enviado: 16 de abril de 2021 17:45
Para: Comissão 1ª - CACDLG XIV
Cc: Maria da Purificação Rodrigues Pina Nunes
Assunto: FW: Solicitação de parecer sobre a iniciativa legislativa

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Dr. Luís Marques Guedes,

Em resposta ao solicitado através do V/ correio eletrónico de 31 de março, pedido de parecer referente ao **Projeto de Lei n.º 759/XIV/2.ª (IL) – “Elimina o dia de reflexão e modifica os períodos de votação”**, tenho a honra de informar Vª. Exª. que a Procuradoria-Geral da República sobre o assunto em epígrafe emitiu o seguinte despacho:

“Nos termos do disposto no art. 21.º, n.º 2 alínea i) do Estatuto do Ministério Público e do art. 166.º, alínea h), da Lei da Organização do Sistema Judiciário (Lei n.º 62/2013, de 26 de Agosto, alterada pela Lei n.º 107/2019, de 09/09), compete ao Conselho Superior do Ministério Público **“Emitir parecer em matéria de organização judiciária e, em geral, de administração da justiça”**.”

Tendo presente o âmbito de análise que se mostra estabelecido na alínea i), do n.º 2, do artigo 21.º, do Estatuto do Ministério Público e na alínea h), do artigo 166.º, da Lei da Organização do Sistema Judiciário, somos a informar que o conteúdo da proposta legislativa, não se enquadra em matéria de organização judiciária nem de administração de justiça pelo que não caberá nas competências deste CSMP elaborar parecer sobre tal matéria.

O projecto de Lei ora em preço enquadra-se no estrito domínio de opções político-legislativas, as quais não relevam nos domínios da organização judiciária ou da administração da justiça.

Assim, atento o objecto do presente Projeto de Lei, não poderemos deixar de referir que não caberá ao Conselho Superior do Ministério Público tomar posição ou emitir parecer sobre as opções de política legislativa nesta matéria.

[...]

Lisboa, 09 de Abril de 2021

A Vogal do Conselho Superior do Ministério Público

Patricia Cardoso”

NV: 674629

538/1.º CACDLG - 16.04.2021

Dist.